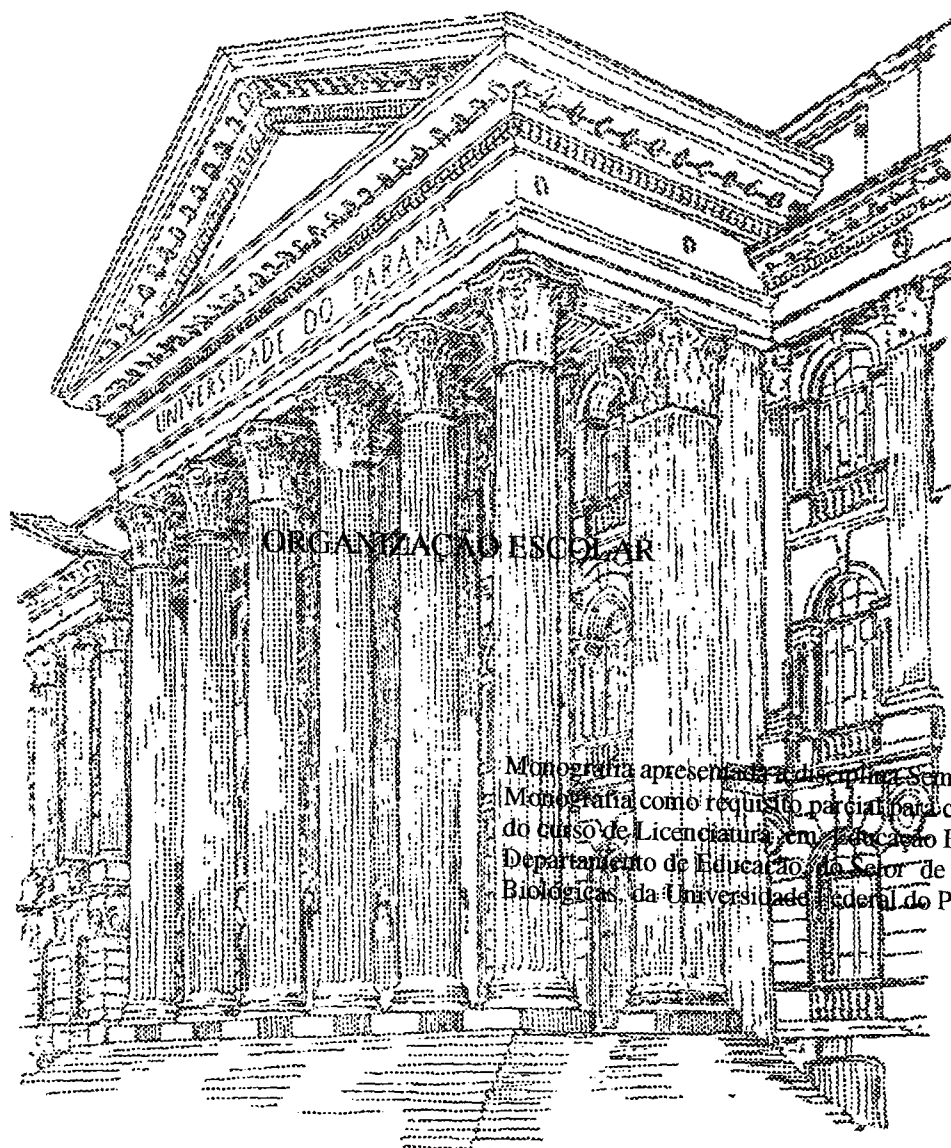


RAFAEL ZUCON



ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Monografia apresentada à disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA  
1999

RAFAEL ZUCON

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Monografia apresentada a disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADOR  
CÁSSIO JOAQUIM MOLETTA

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a minha noiva Nathalie que esteve comigo em todos os anos de faculdade, sempre me apoiando e incentivando nas horas mais difíceis.

Aos meus pais, que sempre acreditaram em meu futuro.

A dona Elvira, que mesmo em outro lugar sempre estará vibrando com minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os familiares que me apoiaram no período de faculdade; o meu orientador Cássio Joaquim Moletta, pela aprendizagem e pelo apoio; os amigos da La Máfya, Bisca, Tocha, Pércio, Paulo e Cocoon, pela descontração e os churrascos e minha noiva Nathalie por me suportar por todo esse tempo.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>V</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>9</b>
2.1 GESTÃO ESCOLAR (BREVE HISTÓRICO).....	9
2.2 O TRABALHO NA ESCOLA.....	13
2.2.1 O TEMPO.....	13
2.2.2 OS MEIOS.....	14
2.2.3 DIVISÃO DO TRABALHO.....	17
2.3 CURRÍCULO.....	17
2.4 CONTEÚDO.....	19
<b>3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>20</b>

## RESUMO

Com o crescimento econômico do Brasil na década de 70, a perspectiva de melhora do ensino e dos salários dos professores cresceu e foi abatida pela crise dos anos 80 e 90, no governo Collor e posteriormente no de Fernando Henrique. Com essa crise perderam-se vários profissionais de bom e ótimo nível, enfraquecendo assim as bases de sustentação do ensino fundamental. Com a recessão veio a diminuição de gastos por parte dos governos estaduais, causando grande impacto e declínio na gestão escolar. A queda radical do ensino causou também fortes sequelas no aparelho educacional brasileiro. O exemplo mais claro disso, é o tempo que as coordenações, diretorias e professores perdem com o burocrático preenchimento de formulários, fichas e controles, que na realidade nada mostram da atual situação do ensino. Contrariando a legislação federal que obriga professores a terem um mínimo de 720 horas/aula por ano, as escolas criaram e mantêm uma maneira informal para justificar as abstenções dos professores nas escolas: a figura do “substituto”, que não importando o conteúdo a ser dado, na maioria das vezes pouco se informa dos acontecimentos da instituição e das suas turmas. Juntamente com os substitutos, vem os recreadores, que além de tomar espaço no mercado de trabalho do professor de Educação Física, muitas vezes não apresentam nem o 2º grau completo. Todos esses dados e acontecimentos frustram tanto os alunos, quanto o corpo docente, e assim causando evasão dos dois lados. Não é por acaso que segundo pesquisas encomendadas pelo próprio governo federal, apenas 27% das escolas em território nacional apresentam bom estado de conservação. A situação se agrava mais ainda nas regiões mais pobres do país, onde por exemplo mais de 98% dos estabelecimentos estavam em condições precárias. A educação física se mostra a grande vítima quando se falamos em recursos para a educação. Além do pouco espaço físico disponível nas escolas e também universidades, a falta de material didático vem colaborando com a decrescência do nível de ensino. Além de seu próprio trabalho na escola, os professores muitas vezes tem de realizar outras tarefas que nada haver tem com sua presença na escola, tais como: limpeza, arrumação, troca de materiais danificados, telhas e etc. É aí que volta a figurar o profissional da Educação Física, que por simples associação não se sabe daonde, é o mais requisitado para realizar tais tarefas. Também vítima deste mal, o diretor da escola também realiza trabalhos que não condizem com suas qualidades e seu cargo, podendo muitas vezes o afastar do grande objetivo de uma escola: uma boa gestão escolar. A grande maioria das escolas públicas não tem sido amparadas na questão do currículo. Os métodos de ensino vão se modificando a cada ano e as escolas não atualizam seus professores, o que com o tempo vai causar grande falta de subsídios aos alunos na idade adulta. A partir de 1.999, segundo o governo federal, haverá uma remodelação, tanto na área estrutural do ensino, quanto na parte prática. Além das matérias curriculares, as escolas apresentarão aulas mais dinâmicas que preparem as crianças para a vida adulta. Nas universidades, o currículo também é um grande problema, e talvez seja aí o ponto fundamental para a dinamização do ensino no Brasil. O maior tempo que o aluno passa na universidade, é tratando das disciplinas que nada vão contribuir para a sua formação e seu currículo, principalmente nos primeiros anos de faculdade. Desde o princípio até o final do curso,

o corpo discente escuta falar em modificação no currículo, sempre participando de debates e opinando sobre possíveis modificações, que jamais acontecem.

# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1. PROBLEMA**

A problemática sobre organização escolar é levantada neste trabalho, em virtude da necessidade de estruturação das escolas diante dos professores e alunos, contando também com a participação dos mesmos. Na Educação Física, quando os professores colocarão em prática aulas com objetivo e embasamento teórico?



## 1.2. JUSTIFICATIVA

Diante da grande desestruturação das escolas frente professores e alunos tanto na parte organizacional como curricular, existe a necessidade de uma remodelação e um novo conceito de ensino qualitativo. A constante falta de aulas, despreparo dos professores e desistesse do corpo discente, nos leva a imaginar, ou até nem pensar no futuro. A educação passou a ser o principal requisito na vida de um cidadão, principalmente após o grau de exigência curricular nas grandes e médias empresas. A boa educação traz saúde, emprego e estabilidade social, evitando o caos que hoje, se anuncia.

### 1.3. OBJETIVOS

O trabalho objetiva mostrar a realidade do ensino brasileiro, considerando o ponto de vista organizacional e curricular ligado a Educação Física. Organizacional , pois falará de aspectos técnicos da coordenação da escola, tais como ensalamento, supervisão e confecção dos conteúdos. Curricular, pois falará da carga horária destinada a disciplina de Educação Física e da forma e local como é aplicada.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. - GESTÃO ESCOLAR (BREVE HISTÓRICO)

A queda da qualidade da gestão escolar no Brasil tem sido alvo da massificação do ensino nos anos 70, quando foi necessário abrir mão da qualidade em prol do aumento da cobertura de rede escolar. Enquanto prioridade do governo federal, esse processo foi sustentado, nos primeiros anos, pelos recursos necessários a sua execução. Tratava-se de não apenas expandir a rede básica de ensino, mediante criação de novas unidades escolares, mas também incrementar o processo de formação de professores nos estados, por meio da ampliação do número de escolas de formação de professores. Passou também a vigorar na escola pública a promoção automática (sem concurso) do 1º grau para o curso de formação de professores, dando prioridade, quando não havia vagas suficientes para os alunos mais carentes, ou seja, pertencentes a famílias de baixa renda.

O crescimento econômico nos primórdios dos anos 70 criava a perspectiva de salários razoáveis para o magistério, especialmente nas principais áreas urbanas do país, tornando atrativa a profissão entre jovens do sexo feminino de renda média mais baixa, que não poderiam esperar a conclusão de um curso superior para ingressar no mercado de trabalho. Já a crise dos anos 80 inverteu as expectativas do crescimento de acesso à escola e acentuou ainda mais as tendências de queda na qualidade do ensino. Para manter a estratégia de expansão da oferta foi necessária a criação de turnos extras de funcionamento, reduzindo o número efetivo de horas

letivas recebidas pelos alunos. Associada a crise, ocorreu no início dos anos 80 e mais recentemente nos anos 90, forte redução dos salários reais dos professores de 1º grau. Tal fato trouxe, juntamente com o plano Collor e agora a explosão do plano Real, desestímulos para a categoria, no momento em que o retorno as liberdades democráticas fortalecia o poder de reivindicação e o corporativismo dessa categoria. Dessa forma, a queda dos salários foi um divisor de águas que permitiu a saída de bons profissionais de educação física em busca de ocupações mais rentáveis, ao lado da criação de laços de solidariedade corporativa entre os que permaneceram no exercício da profissão. As constantes greves setoriais e o fortalecimento desses laços corporativos, favoreceram a criação de um clima contrário a fiscalização dos níveis centrais, no que tange a qualidade de ensino. Na medida em que este clima era parcialmente favorável aos órgãos centrais de ensino, dado que estes não dispunham de meios técnicos e financeiros para fazer face a queda da qualidade de ensino, não houve reação a este movimento. Além do mais, o país se inseria em uma situação em que, pôr conveniência política, não era de bom tom fazer oposição aos movimentos sindicais. Muitos governadores e prefeitos preferiam contar com o apoio dos professores, mesmo tendo que driblar os pedidos de aumento salarial.

Segundo SAVIANI (1989), a desescolarização está intimamente ligada aos meios de comunicação de massa. Os meios de comunicação de massa seriam uma opção de meio educacional, já que a escola se revela cada vez mais incapaz de realizar essa tarefa. Os mais radicais consideram o papel da escola como secundário no processo de ensino brasileiro, transferindo este papel para os meios de comunicação de massa.

A questão de ausência de recursos financeiros ou da inadequada estrutura do financiamento da educação tem sido igualmente apontada como mais um dos elementos

responsáveis pela deterioração do processo de gestão escolar e da conseqüente queda na qualidade do ensino. A crise econômica também veio acompanhada pôr grandes quedas e flutuações na aplicação de recursos em educação. Embora tenha-se ocorrido grandes reduções nos gastos com educação, há um enorme crescimento também de gastos do governo. Em paralelo a esse aumento de gastos do governo federal, houve uma forte redução de gastos estaduais e municipais. No início dos anos 90, os gastos caíram pela metade, sendo complementados pelo aumento do desembolso efetivo com os programas educacionais pôr parte dos estados e provavelmente dos municípios. Observa-se que os gastos educacionais como porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto), tem crescido relativamente nos últimos dez anos passando no final da década de 80 de 1,00% para 1,35% e chegando até 2,00% em 1989. Já no governo Fernando Henrique Cardoso, a porcentagem vai a 4,00% do PIB.

Os gastos estaduais em vários momentos da década, foram mais elevados que os federais, tendo variado de 1,4% para 2,0% do PIB. Mesmo que a economia brasileira não tenha tido brilhante dinamismo na década, os gastos com educação cresceram em termos reais e relativos em todas as esferas do governo. Tal comportamento, porém, não invalida a tese de que a escassez de recursos tenha sido um dos fatores responsáveis pela deterioração dos padrões de gestão e qualidade em educação, dada a necessidade de estudar a repartição do gasto com alguns programas. Segundo o periódico FOLHA DE SÃO PAULO, queda dos gastos com o ensino de 1º grau, foi sobrecompensada pelo aumento com gastos do ensino superior. Contudo, o grande impacto na redução das despesa com este programa foi ocasionado pela grande queda no componente estadual do gasto. Representando mais de 60% do gasto com ensino de 1º grau, o

declínio dos gastos estaduais teve provavelmente, um forte impacto no declínio da qualidade da gestão escolar.

A queda nos gastos com ensino fundamental tem, do ponto de vista do financiamento, vários determinantes:

- A recessão, que faz cair a arrecadação de impostos, seja pela queda da atividade econômica, seja pelo aumento da evasão;
- O grande número de desempregados na atualidade, que leva a queda da arrecadação do salário educação;
- O clientelismo, que leva o Ministro Paulo Renato Souza, a incorporar falsas prioridades no contexto da política de educação.

Quanto a este último ponto, cabe mencionar que a função assistencial (merenda, etc.) assume cada vez mais importância nos gastos com educação, ante a queda das despesas com o ensino de 1º grau. Todas as evidências apontadas nessa parte, são componentes da degradação da política de educação e gestão escolar. Combatê-las com discursos abstratos é uma luta inglória e que não leva, necessariamente a melhoria imediata do processo de gestão escolar. Assim, devemos encarar questões como a universalização do ensino, o corporativismo dos professores, a falta de coordenação e a escassez de financiamento e de recursos como dados relativamente invariáveis no curto prazo.

## 2.2 - O TRABALHO NA ESCOLA

Pouquíssimos estudos tem se destinado a avaliar a natureza do processo de trabalho no interior do aparelho educacional brasileiro. É difícil descrever quais os motivos que levaram a classe acadêmica ao desinteresse de realizar estes estudos que mostram a raízes da nossa educação.

### 2.2.1. - O TEMPO

O uso do tempo por professores e diretores escolares não pode ser padronizado como é o de uma fábrica de chocolates, ou mesmo de um posto de saúde. A escola não é um lugar onde se exerça uma disciplina do trabalho sequer moderada. Os comportamentos, compromissos e responsabilidades individuais é que definem o sistema de uso do tempo, o qual é imprevisível, tanto para a direção, quanto para o corpo de professores. É verdade que o uso do tempo deveria ser definido, pelo menos parcialmente, pelos sistemas de supervisão escolar, planejamento e acompanhamento pedagógico. Mas, desde que se estabeleceram os processos de autonomia de gestão decorrentes do pacto corporativista, esses processos foram, em maior ou menor grau, internalizados pelas escolas e pelos professores, deixando praticamente de existir em nível real. Além da ausência de controles reais sobre o uso do tempo, existem controles formais que fazem com que a direção das unidades escolares perca boa parte de seu tempo com o preenchimento de

controles, formulários e estatísticas que fogem a realidade vivida pela escola e não servem para aumentar seu grau interno de eficiência.

### 2.2.2 - OS MEIOS

A combinação entre recursos humanos, equipamentos, material de consumo, etc., para a produção de um determinado bem ou serviço é que definiria a função da produção. Mas a grande variabilidade na quantidade de meios que os diferentes meios entram na produção anual de um aluno com aproveitamento adequado de conhecimento não permite traçar uma função de produção que seja homogênea e representativa.

Começamos pela análise do elemento “recurso humano”. Segundo ZABALZA (1998), em quase todos os sistemas educacionais, existem regras relativas ao número de faltas que um professor poderia ter. Todavia, as escolas costumam manter sistemas informais de absenteísmo que, em maior ou menor grau, são sustentados pelo corporativismo dos profissionais. Muitas escolas, como ocorre em todo o Brasil, costumam manter a figura do professor substituto, que, independentemente do conhecimento prévio do conteúdo didático a ser transmitido, entra em sala de aula, em qualquer classe ou posição, para preencher o tempo vago dos professores que faltam.

Esses procedimentos permitem burlar qualquer legislação que exija um número mínimo de horas e dias letivos. A legislação federal obriga a existência de 180 dias letivos ou 720 horas/aula por ano, de efetivo exercício de aprendizagem, e não de simples presença física do



aluno da unidade escolar. A interpretação do que seria dia letivo varia de caso para caso. Podem ser considerados como dias letivos, pôr parte da direção da escola, eventos como festas, solenidades e outros acontecimentos. Ainda no que diz respeito ao elemento recurso humano, vale mencionar a alta variabilidade do perfil de qualificação profissional. Estes variam desde aqueles com total despreparo e conhecimento técnico, formados nas piores escolas profissionais, até os portadores de diploma de nível superior que não se enquadram na profissão. Principalmente no âmbito da Educação Física, os baixos salários não conseguem reter os melhores profissionais e frustram as expectativas dos que ficam no sistema. Na educação física, verifica-se que ainda existem pessoas não especializadas na área que estão ocupando espaços no mercado de trabalho. A grande maioria tem escolaridade inferior ao 2º grau completo, tendo como currículo apenas cursos de recreação infantil e atividades de lazer. Ao mesmo tempo verifica-se, com raras exceções, a total ausência de processos de capacitação de recursos humanos, valorização profissional, planos de carreira e outros elementos que possam estimular a melhoria da qualificação do corpo de direção e dos professores. Não há a necessária atualização do conhecimento, das técnicas pedagógicas e de gestão escolar.

Quanto ao uso de equipamentos e material de consumo, abstraindo-se a questão da merenda escolar, que não será mencionada nesse trabalho, pode-se dizer que a variabilidade é muito elevada. A queda dos recursos financeiros aplicados ao ensino no Brasil, ao longo das duas últimas décadas, trouxe fortes consequências na manutenção dos equipamentos e instalações escolares, as quais se encontram altamente depreciadas na maioria dos estados. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (1985), apenas 27% das escolas do país se apresentam em bom estado de conservação. A situação piora no Norte e Centro-oeste, onde

menos de 2% dos estabelecimentos encontravam-se em boas condições. No Sul e Sudeste estes dados modificam-se radicalmente, chegando a 45% de escolas em bom estado. Além da depreciação dos antigos equipamentos, poucos investimentos foram feitos em novos equipamentos, como computadores e meios de imagem, que potencializam a aprendizagem, além de serem representativos da maioria dos processos de trabalho da vida cotidiana. Os pequenos recursos disponíveis pelas escolas e universidades, também tem restringido o consumo de material escolar, o que se verifica na escassez de uniformes e material didático. A educação física é atingida de frente pôr este panorama caótico. As poucas vezes em que existe espaço físico desce disponível nas escolas, a escassez de material pega os profissionais de surpresa. Isso deve-se ao fato de que os programas estatais de distribuição de materiais didáticos terem sofrido grandes cortes nos últimos anos. Nas escolas públicas, onde é marcante a presença da classe média, observa-se o envolvimento direto dos pais no financiamento de material e merenda escolar. Escolas com essas características cresceram fortemente nas áreas urbanas e metropolitanas, como resposta a crise econômica, a deterioração dos salários e ao aumento das mensalidades das escolas particulares. Nessas unidades escolares, não se verificam grandes problemas, seja no que diz respeito ao uso do tempo, seja no que se refere a combinação dos meios. Com isso são definidos processos de trabalho mais rígidos e comportamentos mais padronizados. Todos esses fatores tem feito com que as escolas brasileiras, especialmente aquelas voltadas ao atendimento da maioria pobre da população, tendam a ser mais parecidas com depósitos de crianças, do que com estabelecimentos onde se dá o processo de ensino/aprendizagem.

### 2.2.3. - DIVISÃO DO TRABALHO

Dadas as peculiaridades relativas ao uso do tempo e a combinação dos meios, não é de se estranhar o fato de que a maioria das escolas no Brasil não tenham uma divisão de trabalho clara e definida. A ausência desta clareza leva a realização de múltiplas tarefas pelo professor, desde manter a limpeza da unidade escolar, até resolver problemas de secretaria. Como se houvesse correlação, os professores de educação física sempre são os mais solicitados para a resolução de problemas de ordem física nas escolas. Consertar telhas, martelar, pregar e desenvolver tarefas que apresentem e exijam certas condições físicas são tarefas corriqueiras aos professores da nossa área. A informalidade e a ausência de controle faz com que muitas vezes trabalhem no estabelecimento escolar, pessoas não contratadas, em caráter gratuito ou voluntário, sem que haja um controle central sobre o ocorrido. O diretor, também pode realizar as mais diversificadas tarefas, o que pode afastá-lo do objeto mais imediato do seu trabalho: a boa qualidade da gestão. Ausência de divisão clara do trabalho escolar é outro fator que impede uma prévia padronização das rotinas e tarefas, tornando ainda mais incoordenável o processo de trabalho escolar.

### 2.3. - CURRÍCULO

No Brasil, o planejamento curricular no âmbito da escola tem sido prejudicado pela excessiva descentralização e ausências de diretrizes nacionais. Pela falta de diretrizes, nossas

escolas públicas não estão capacitadas para planejar e organizar seus currículos, tendo em vista que não recebem assistência técnica para essa importante tarefa. Quando algo parecido existe, é formado ou pôr um plano de distribuição de disciplinas e cargas horárias, ou pôr um plano pessoal do professor, neste caso, na realidade, um programa de ensino. As recentes tendências de definição de currículos básicos nacionais presentes tem sido acompanhadas pôr um esforço no intuito de delegar maior autonomia a escola, para planejar seu próprio currículo de acordo com a moldura geral das aprendizagens ou competências básicas consideradas indispensáveis para todo país. Segundo SILVA (1998), um novo conceito de planejamento no âmbito escolar começa a surgir. Este conceito se expressa menos em termos de produção de documentos anuais ou planos e mais em termos de processo de trabalho conjunto e de longo prazo, envolvendo toda a equipe da escola. O plano de desenvolvimento da escola, abrangendo vários anos, deveria assegurar, no seu núcleo pedagógico, uma contínua integração entre os professores, de modo que permitisse uma progressão consistente dos alunos ao longo das diferentes séries ou turmas de idades. Essa poderia ser uma das estratégias para reduzir a repetência, promovendo ao mesmo tempo a melhoria da qualidade do ensino. Mas no caso do Brasil, essa estratégia de médio e longo prazos pode requerer, como requisito anterior, medidas mais drástica para reduzir a repetência. Como conclusão deste tópico, pode-se afirmar que o primeiro passo para a boa prática da sala de aula se dá fora dela, no âmbito do plano de desenvolvimento da escola, mais especificamente no coração desse plano que é o projeto pedagógico como processo permanente de planejamento e ajuste curricular.

## 2.4. - CONTEÚDO

Considerando a realidade da educação brasileira e os desafios de melhoria da qualidade que requerem uma adequada combinação de conteúdos e habilidades de ensino e um grau mais avançado de domínio, pelo menos dos conteúdos básicos, constata-se que estamos diante de desafios semelhantes aos de outros países, inclusive desenvolvidos. Uma diversidade de estratégias de organização escolar poderia e deveria estar sendo pensada e praticada, tendo em vista avaliar o que mais se adequaria a realidade de nossos diversos sistemas de ensino. O pressuposto que fundamentaria essas estratégias é o de que é urgente iniciar um processo que não será rápido nem fácil, para melhorar o domínio do conteúdo das disciplinas pelos nossos professores, sobretudo os polevalentes das séries iniciais. Ao mesmo tempo, modelos alternativos de formação anterior ao exercício do magistério deveriam ser tentados, como os autores recomendam.

### 3. - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas Para Apresentação de Trabalhos**. 3ª Ed. Vol. 1-8. Curitiba: Editora UFPR, 1994.
2. TELES, J. F. **Supervisão e Administração Escolar**. São Paulo: Editora F.T.D., 1967.
3. SPERB, Dalila. **Administração e Supervisão Escolar**. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.
4. ZABALZA, Miguel. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.
5. SILVA, Rose Neubauer da *et al.* **O Descompromisso das Políticas Públicas com a Qualidade do Ensino: a experiência paulista**. São Paulo: Tese de Doutorado (PUC), 1998.
6. ANDRADE, Narcisa Veloso de. **Administração em Educação**. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos, 1979
7. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994
8. SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Editora Editores Associados, 1997
9. SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.
10. MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º Grau**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.
11. BRACHT, Valter. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Porto Alegre: Magister, 1992.